

TERRITÓRIOS DA NEGRITUDE EM ESPAÇOS ACADÊMICOS

Uma “possível” via interpretativa?



Territoires of Negritude in Academic Spaces: A "possible" interpretative path?

Mônica Conrado

Universidade Federal do Pará

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia | Belém, Brasil

monicaconrado6@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-8009-9415

Resumo

Este texto tem como proposta apontar as perspectivas de raça e gênero partindo do grupo de pesquisa NOSMULHERES. Pela equidade de gênero étnico-racial com o objetivo de entendermos a criação de território da negritude em espaços acadêmicos, com um olhar direcionado para a região Amazônia e suas potencialidades.

Palavras-chave

territórios da negritude; raça; gênero; interseccionalidade; Amazônia.

Abstract

This text aims to point out the perspectives of race and gender from the research group NOSMULHERES. For ethno-racial gender equity with the aim of understanding the creation of the territory of negritude in academic spaces, with a look towards the Amazon region and its potentialities.

Keywords

territories of negritude; race; gender; intersectionality; Amazon.



O exercício que propomos e que intitula essas breves linhas se sustenta (como só poderia ser) como experiência (minha) coletiva, nesse caso, do *NOSMULHERES. Pela equidade de gênero étnico-racial* que é um grupo de estudos e pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), fundado em 2008, com o intuito de que “precisamos, ainda, muito mais, enegrecermos as produções de conhecimento acadêmicas” (Conrado 2021: 74), uma vez que nesses espaços institucionais acadêmicos historicamente construídos brancocêntricos, de literatura eurocentrada dominante, enegrecer é entendido como ação e aprendizado político-social-acadêmico-simbólico-cultural no universo que nos serve como exercício e atitude, diante do mundo, baseada no que Sueli Carneiro denomina:

[...] demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (Carneiro 2003: 51).

Na tentativa de compreendermos melhor o que seja este grupo, Lilian Sales, docente da UFPA – Campus Castanhal, cofundadora e membro do NOSMULHERES, assinala que:

O Grupo de pesquisa NOSMULHERES [...] já nasce com o compromisso negritado de colaborar com a equidade racial e de gênero, fazendo desse a linha condutora de todas as ações que realiza. Nessa perspectiva, o grupo assume a tarefa de construir nas/os/es participantes não somente a compreensão conceitual da interseccionalidade¹, mas uma práxis

¹ [...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a

interseccional, a qual marcará as ações do grupo na direção da equidade racial e de gênero como ponto de pauta. Essa marca no trabalho desenvolvido no grupo foi primordial para transpor os portões da universidade, estabelecendo articulações e parcerias interinstitucionais importantes [e, fundamentalmente, de modo imprescindível, com o movimento negro local] (Depoimento realizado em outubro de 2021).

Lélia Gonzalez (2018) nos ensinou a entendermos o racismo e sexismo como eixos estruturantes da hierarquia sociopolítico-econômica brasileira para o campo de estudos e pesquisa por onde enveredamos, sob bases interseccionais, como fonte analítica e metodológica de como identidades são construídas em luta, resistência, saberes, história e memórias ancestrais milenares.

Há várias formas de territorializar constituídas a partir de bases culturais negras diversas que se ampliam em outros espaços sócio-político-econômicos, marcadamente. A diversidade é tamanha, múltipla e diferenciada, enegrecendo espaços, recriando-se e se reinventando ao se identificarem e se sentirem pertencentes ao que convencionamos a chamar aqui de territórios da negritude a partir não da academia como ponto de partida, mas, indispensavelmente, da dialogia com os movimentos negros.

Territórios da negritude são cunhados por articulações e organizações negras nos levando a construir parcerias e conexões atenta de que “território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (Little 2002: 3) dando sentido à negritude como valor de um “mundo negro”, “na retomada de si, isto é, na sua afirmação cultural, moral, física e intelectual”, como afirma Kabengele Munanga (1990: 111), como patrimônio cultural, material e simbólico remetido à ancestralidade na diáspora africana - como referência de mundo, de existência e de atitude diante da vida em processo constante de significação que se reatualiza temporalmente em contextos situados, pois negritude é habitar-se; em processo constante. Negritude imprime um estado de ser em dialogia. Tal dialogia carrega

interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177)

contradições, ambiguidades, conflitos, resistência à morte física e simbólica que nos acomete o racismo e autoafirmação positiva de ser e estar no mundo, estética, ética e moral na autoinvocação negra como modo de libertação pavimentada na luta antirracista enquanto estratégia coletiva.

Territórios da negritude não são homogêneos e podem sim, muitas vezes, divergirem com naturezas distintas. Os territórios da negritude são trazidos nessa vivência social, cultural, política, dos lugares onde nós circulamos coletivamente, e/ou individualmente, ou na família que ganham conexão com nossas pesquisas e estudos acadêmicos em nome do “poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos [...]. Os territórios negros acabam por ter várias redes, vários agentes e indivíduos que circulam diariamente por outros espaços — um deles a escola”, as instituições de ensino superior [...]. Contudo, os territórios negros são importantes por serem lugares em que se pode ser e ser construído como homem negro ou mulher negra.” (Conrado, Campelo & Ribeiro 2015: 218) “e constituído por relações materiais e simbólicas” (Mesquita & Almeida, 2017).

A ocupação de território é base fundamental para desenvolver ideias, desdobrar questões relevantes e enegrecer monografias, dissertações e teses legitimando saberes como resistências dentro e além dos muros universitários. “É o sujeito (corporificado) de resistência” (Haesbaert 2021: 163).

E daí a importância dos campos de disputas políticas, culturais e sociais dos territórios da negritude, na heterogeneidade da Amazônia. Das diversas Amazônias². A Amazônia Negra da diáspora africana em sua especialidade, do povo de terreiro, do campo, da população urbana, ribeirinha, da floresta, do quilombo. A Amazônia Indígena em sua diversidade étnica – os povos originários.

² Agradeço às trocas, conversas e aprendizados com Marilu Campelo e Maria Luiza Nunes, militante da articulação de mulheres negras do movimento negro do CEDENPA sobre as diversas Amazônias.

A Amazônia dos povos da floresta que também é heterogênea, a Amazônia ribeirinha tão vasta e plural, a Amazônia rural plural, a Amazônia de suas periferias urbanas, a Amazônia e sua diversidade pesqueira.

Práticas culturais, hábitos locais, sociabilidades que traduzem modos de vida em espaços sociais constituintes de gênero, vinculados à história de seus territórios em áreas urbanas e rurais sob bases étnico-raciais com especificidades histórico-regionais, enquanto mulheres negras, situadas territorialmente para que não caiam na armadilha da homogeneidade atribuída à “mulher negra brasileira” em uma produção científico-acadêmica. Cabe destacar que modo e práticas de dominação e subordinação visam suprimir o protagonismo de mulheres negras, sustentadas em correntes teóricas dominantes (Collins 2000).

No entanto, a estratégia de (re)conhecer e de se reconhecer e trazer como possibilidade, enquanto territórios da negritude grupos e núcleos acadêmicos, sem visar nos deter, nesse momento, a expor atividades, eventos e ações específicas – aqui não é o objetivo – o NOSMULHERES ocupa uma sala com, aproximadamente, cinco metros quadrados como um de outros espaços representativos para questões negras sob bases interseccionais, ganha simbolismo político-acadêmico na luta antirracista e antissexista no interior de uma determinada universidade e, em seu contexto específico, como base epistemológica negra em nome da heterogeneidade de pessoas que circulam, fazem parte e se referenciam como pertencentes com nome, sobrenome, histórias e interesses singulares, mas que se enredam.

O feminismo negro é base epistemológica que nasce fora da academia, vale a ressalva, com conhecimentos, teorias e práxis-política produzidos fora da academia que viabilizam compreender a complexidade e as tramas que, nessa ordem política, social, cultural e econômica, estão inerentemente implicadas porque corpos negros dão sentido, produzem significados são territórios narrativos e discursivos de autoafirmação política-cultural negra. Dorotea A. Gómez Grijalva (2014) assinala que o corpo é território político e, portanto, histórico e não biológico com

memória e conhecimento, tanto ancestrais quanto próprios da história pessoal.

Nessa direção, cabe ressaltar o protagonismo dos NEABs - Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, NEABIs - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas e Grupos Correlatos que, atualmente, somam aproximadamente duzentos em todo o país³. A importância dos NEABs como referência que abre caminhos para territórios da negritude no interior das universidades é inquestionável⁴. Na Universidade Federal do Pará, mencionamos um deles, o Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM), fundado em 2002, como nos conta Marilu Campelo, docente da UFPA, cofundadora e atual Coordenadora.

O GEAM não é um grupo de pesquisa, ou de atividade exclusivamente acadêmica. Atuamos com assessoria, formação de professores, defesa e divulgação das culturas negras, contra o racismo institucional⁵, por políticas de ações afirmativas e contra a intolerância religiosa às religiões de matriz africana (Depoimento realizado em outubro de 2021).

Sobre as cotas raciais na UFPA, Isabele Lemos (2015: 35) menciona que:

³ Ver site da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros) <https://www.abpn.org.br/consorcio-de-neabs> que está em processo de atualização. Agradeço à Maria Albenize Malcher, Diretora de Relações Institucionais da ABPN pela informação.

⁴ De acordo com o site da UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa): “A história dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), vinculados às Instituições de Ensino Superior do Brasil, tem início em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desde então, outras IES públicas e privadas passaram a criar órgãos correlatos, privilegiando a sigla NEAB. A maior inserção de militantes afrodescendentes nas Universidades possibilitou a aproximação desses profissionais no primeiro Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (Copene) e a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), em 2000. No decorrer dos anos, os NEABs passaram a incluir estudos indígenas denominando-se NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas). Essa ação vem impulsionando a aplicação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 que incluem as culturas afro-brasileiras e indígenas no Ensino brasileiro”. Cf. o site da instituição: <https://sites.unipampa.edu.br/adafi/neabis/historia-dos-neabs/>

⁵ Para Laura C. López racismo institucional “atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, provocando desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. (2012: 121).

Até o advento da Lei federal n. 12.711 em 2012, a UFPA era a única Universidade Federal da Região Norte que já adotava um programa de ação afirmativa para a inclusão da população negra nos cursos de graduação. A implantação de um sistema de cotas pela UFPA, em 2005, foi fruto das pressões exercidas por grupos externos - entidades do movimento negro, tais como o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), o grupo MOCAMBO e o Conselho Municipal do Negro - e por um grupo interno da comunidade acadêmica, o Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM) da UFPA.

Nesse sentido, “sabemos que esses dois campos teórico-políticos (movimentos e academia) não estão completamente separados”, cito Arturo Escobar (2014: 70). Sobre a importância de fortalecermos territórios da negritude e de seu reconhecimento institucional, Marilu Campelo postula:

Então, esse enegrecer a universidade abre uma nova perspectiva [...] ver o espaço da universidade como um tipo de território de negritude. É um território que está se consolidando a partir dos NEABs, hoje a UFPA tem dois, e outros grupos correlatos como o NOSMULHERES, a Casa Brasil-África que atende aos estudantes africanos e caribenhos e a Associação dos Estudantes Quilombolas (ADQ) (Depoimento realizado em outubro de 2021).

Os territórios da negritude vão além de espaços eminentemente físicos. Inspirada em Maria Malcher (2017), ao discorrer sobre a definição de território como um princípio organizador de como os quilombolas, eles “se organizam, obtêm o seu sustento, mantêm e reconfiguram as tradições culturais herdadas [...]. O território torna-se um valor, um espaço de relações vividas, fruto da memória, da experiência pessoal e compartilhada, da solidariedade nas relações entre si” (ibid: 85).

Afinal, o que enche os territórios da negritude?

Território como reinvenção para não se fixar em referências aprisionadas em epistemologias dominantes. O que podem ter em comum territórios da negritude em uma universidade da Amazônia? O ataque ao racismo potencializado em luta antirracista já que território da negritude é, eminentemente, território de resistência. A

possibilidade de enegrecer como quebra de epistemologias dominantes.

As questões trazidas em debates, eventos, grupos de estudo fazem parte, muitas vezes, de trajetórias acadêmicas enredadas em interesses pessoais e coletivos. Então é a luta de vivências amazônidas marcadas pela militância, que se autodeclara negra e que molda construções políticas de negritude amazônida, já causa um embate com a construção nacional brasileira, que é uma construção de negritude sobre saberes e conhecimentos amazônidas, enquanto experiência do vivido. Nos termos das epistemologias negras, a experiência do vivido como critério de significado, como assinala Collins (2000).

Esse é nosso ponto em comum, uma construção amazônida de embate no que Lélia Gonzalez chama de africanização do nosso território brasileiro (1988) para mostrar a existência de uma africanização que há na (Pan)Amazônia e que precisa ser contada nesses embates culturais distintos do restante do país. Nesse sentido, Evillys Figueiredo, pesquisadora do NOSMULHERES, traz em depoimento:

Nossos debates – que giram em torno da raça, do racismo, da violência de gênero, da exploração capitalista e da expropriação ambiental/territorial na Amazônia [...] nossas perspectivas de sujeitas vilipendiadas durante o processo histórico de formação do mundo contemporâneo, mas que resistiram aos sistemáticos apagamentos (físico, social, moral, psicológico e identitário) por meio de redes de sobrevivência que passam adiante a herança diaspórica de geração em geração. Essa conexão entre territórios e pessoas também me lembra das vezes em que socializamos, nas reuniões do grupo de estudos, materiais que discutem sobre as periferias [...] Mas o contato com o feminismo construído pelas mulheres negras do movimento e da academia, sobretudo aquelas que vêm das periferias de Belém, nos fazem enxergar que nossa cidade [...] para além da relação de subordinação entre “capital e interior” há pontes culturais que (in)formam a diversidade amazônida desenvolvida ao longo do tempo e manifestada nos sons, na alimentação e nas expressões religiosas, por exemplo, e há ligações que influenciam na forma de ocupar o território da periferia urbana (Depoimento realizado em setembro de 2021).

O Webinário Internacional Amazônia Negra: imagens, narrativas e saberes, em diálogo⁶ ocorreu, integralmente, por modalidade virtual, nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2020, e teve como propósito reafirmar as conexões necessárias da academia com as perspectivas e saberes militantes produzidos dentro e fora da universidade. O eixo foram os movimentos negros em sua intelectualidade e contribuição crítica no reconhecimento da heterogeneidade amazônica na Mesa de abertura intitulada, *Prática-ação que produz conhecimento na ruptura da falsa dicotomia: Nós, a Academia. Elas, as militantes*. Zélia Amador, ativista do movimento negro, docente da UFPA e cofundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) conclama que:

Não deve haver separação dicotômica entre elas e nós. Elas e nós somos nós também. Muitas vezes, fazemos da academia nossa trincheira de luta. Elas têm que sempre estar em diálogo com o movimento negro porque é o movimento negro que produz os conceitos nas arenas de luta [...] Foi necessário mulheres ativistas negras na Universidade [...]. A luta nunca é uma luta unívoca. É sempre uma luta de muitas vezes.

E de polifonia de vozes. Nesse diálogo, que foi um convite ao que já vem sendo feito pelo ativismo político dos NEABs, NEABIS e grupos correlatos há muito tempo, possamos fomentar ainda mais com apoio, recursos e valorização da sociedade e das instituições de ensino superior, em especial, territórios da negritude que enegrecem corpos enegrecidos nos servindo como via de luta antirracista para dentro e além dos muros das universidades como uma das principais frentes ao “enriquecer academia de trabalho intelectual (negro, indígena, cigano e de tantos outros mais)” (Conrado 2021). Território da negritude como viés analítico pode servir de mais um enlace, uma estratégia argumentativa,

⁶ Conforme anunciado, “O propósito do evento foi reafirmar as conexões necessárias da academia com as perspectivas e saberes militantes produzidos dentro e fora da universidade. O eixo são os movimentos negros em sua intelectualidade e contribuição crítica no reconhecimento da heterogeneidade amazônica, enraizada em trânsitos ancestrais de mulheres e homens negros, cis, trans e pessoas não binárias, que fazem da memória um contínuo exercício de construção do presente”. Ver link: <https://www.even3.com.br/webinarioamazonianegra/>

interpretativa da dinâmica interna-externa para cada grupo e núcleo na luta antirracista.

Referências bibliográficas:

- BARTH, F. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. 1996. “Le lien territorial: entre frontières et identités”. *Géographies et Cultures*, n. 20: 7-18.
- CARNEIRO, S. 2003. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49: 49-58.
- COLLINS, P.H. 2000. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge.
- CONRADO, M.; CAMPELO, M.; RIBEIRO, A. 2015. “Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense”. *Afro-Ásia*, n. 51: 213-246.
- CONRADO, M. 2021. “Legitimação de saberes e produção de conhecimento sob o ponto de vista de uma acadêmica negra militante a partir de uma Universidade na Amazônia”. *Revista Eletrônica: Humanitas – Caderno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Pará*, v. 1, n. 1: 69-84.
- CRENSHAW, K. 2002. “Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1: 171-188.
- ESCOBAR, A. 2014. *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA.
- GONZALEZ, L. 2018. *Primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana, Editora Filhos da África.
- GONZALEZ, L. 1988. “A categoria político cultural de Amefricanidade”. *Revista TB*, v. 92, n. 93: 69-82.

- GRIJALVA, D. A. G. 2014. Mi cuerpo es un territorio político. In: MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. (ed.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Cauca: Editorial Universidad del Cauca, p. 236-276.
- HAESBAERT, R. 2021. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- LEMOS, I. 2015. *Cotas Raciais Na Ufpa: as percepções de estudantes cotistas sobre suas trajetórias acadêmicas*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Inclusão Social) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Pará, Belém.
- LITTLE, P. 2002. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*, Brasília: Série Antropologia, 322.
- LÓPEZ, L. C. 2012. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface*, v. 16, n. 40: 121-34.
- MALCHER, M. A. F. 2017. *O olhar geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- MESQUITA, L. A. P. de; ALMEIDA, M. G. de. 2017. “Territórios, territorialidades e identidades: relações materiais, simbólicas e de gênero no campo”. *Revista GeoNordeste*, n. 1: 02-16.
- MUNANGA, K. 1990. “Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades”. *Revista de Antropologia*, n. 33: 109-117.

Enviado: 05/06/2021

Aceito: 06/07/2021